

INFÂNCIAS E EPISTEMOLOGIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE

Fernanda Cristina de Souza ¹, *Priscila de Melo Basílio* ²
Suzana Marcolino ³

Resumo

O artigo tem como objetivo debater contribuições teórico-metodológicas para os estudos das infâncias, sob uma perspectiva decolonial e interseccional, partindo da ideia de que, também para os estudos da infância, é necessário um movimento de insubmissão que faça crítica às bases epistêmicas coloniais. Dessa forma, analisa um conjunto de três pesquisas — duas concluídas e uma com resultados parciais — de um grupo de pesquisadoras vinculadas a universidades públicas localizadas nas regiões Sudeste e Nordeste do país, que articulam o projeto interinstitucional Infâncias e epistemologias contra-hegemônicas: decolonialidade e interseccionalidade. Nessa direção, serão apresentados os princípios que compuseram, no tempo-espaço dessas pesquisas, a ampliação de possibilidades de uma metodologia contra-hegemônica, sustentada por uma rede que compõe nossas memórias, corpos, saberes e ancestralidades. Os estudos apresentam referenciais que caminham entre as teorias decoloniais e o feminismo negro, permitindo construções teóricas inovadoras, no sentido de garantir que a interseccionalidade entre raça, gênero, etnia, idade, classe e deficiência não se apresentem de forma hierárquica, mas como relações que compõem as experiências das pessoas, atravessando suas vidas de formas muito distintas. Do ponto de vista metodológico, são delineadas propostas nas quais os conhecimentos são produzidos em parceria, respeitando a autonomia de pensamento, imaginação e criação do outro.

Palavras-chave: Educação-Infantil; Decolonialidade; Interseccionalidade.

CHILDHOODS AND COUNTER-HEGEMONIC EPISTEMOLOGIES: DECOLONIALITY AND INTERSECTIONALITY

Abstract

The article aims to debate theoretical-methodological contributions to childhood studies from a decolonial and intersectional perspective, starting from the idea

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), na linha de pesquisa "Educação Especial". Professora do centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus Amargosa.

² Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Educação pela Unirio. Professora EBTT do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp-UFRJ).

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Marília. Pós-doutorado em Educação pela Unesp/Marília e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do setor de Educação Infantil do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



that a movement of insubordination is also necessary for childhood studies that criticize colonial epistemic bases. In this way, it analyzes a set of three studies, two completed and one with partial results, from a group of researchers linked to public universities located in the southeast and northeast regions of the country that articulate the interinstitutional project “Childhoods and Counter-hegemonic Epistemologies”. In this direction, we will present the principles that made up, in this time-space of our research, the expansion of possibilities of a counter-hegemonic methodology, supported by a network that makes up our memories, bodies, and ancestries. The studies present references that walk between decolonial theories and black feminism, allowing innovative theoretical constructions to ensure that the intersectionality between race, gender, ethnicity, age, and class are not presented hierarchically, but as relationships that make up the experiences of women. people. From a methodological point of view, the researchers outline proposals in which knowledge is produced in partnership, respecting the autonomy of thought, imagination, and creation of others.

Keywords: Early Childhood Education; decoloniality; intersectionality

1. Introdução

O artigo tem como objetivo debater contribuições teórico-metodológicas para os estudos das infâncias, sob uma perspectiva decolonial (Walsh, 2008; 2010) e interseccional (Crenshaw, 2002; 2004), partindo da ideia de que, também para os estudos da infância, é necessário um movimento de insubmissão (SANTOS, 2018) que faça crítica às bases epistêmicas coloniais.

Desde a repercussão dos trabalhos de Ariès (1978), consolidou-se como pressuposto a ideia de que a infância é uma construção histórica e social, na medida em que o autor considera as mudanças históricas relativas ao advento da industrialização como fatores que desencadearam profundas mudanças sociais, que levaram à valorização da criança e de sua educação, bem como à elaboração de um conjunto de cuidados a serem oferecidos a elas, o que Sarmiento (2004) reconhece como conhecimentos que operam certa administração simbólica da infância.

Hermida (2021) pontua que a pesquisa iconográfica levada a cabo por Ariès revela tão somente as infâncias das classes abastadas europeias; não aparecem — e por isso foram invisibilizados — outros grupos de crianças, como as crianças que eram filhas dos trabalhadores fabris (Hermida, 2021), ou ainda aquelas que ocuparam os níveis mais baixos das tripulações nas travessias ultramarítimas portuguesas e espanholas (Lopes, 2013). Assim, se a infância é uma categoria histórica, também é histórica a exclusão de certos grupos infantis do pensamento e da reflexão social.

Nesse sentido, a produção de conhecimento, durante muito tempo, mesmo reconhecendo o caráter histórico e social da infância, não se importou com a questão da pluralidade. Muito do conhecimento produzido mantinha, e



ainda mantém, às vezes de forma híbrida com teorias críticas, elementos ou referências a uma infância abstrata, idealizada e descontextualizada, herdada do modelo branco europeu baseado na ideia da normalidade.

Apenas nas últimas décadas, aceitou-se a pluralidade das infâncias e a importância de conhecer e reconhecer a agência delas, ou seja, sua ação social em suas famílias, comunidades e nas instituições: se a ideia da pluralidade permitiu romper com uma visão abstrata de infância, o conceito de agência, sem omitir as condições sociais e econômicas estruturais, pretende demonstrar como elas participam da vida social (Morano; Szulc, 2021). Tais contribuições enraizadas na ideia da criança como sujeito de direitos são principalmente articuladas no contexto da nova sociologia da infância, “que toca todas as outras ramagens disciplinares” (Orofini; Borelli, 2014, p. 3).

Os emergentes avanços da categoria infância ganham força e contornos críticos na América Latina afro-indígena, tendo em vista o histórico de colonização que durante séculos desvalorizou as formas de ser e estar no mundo das comunidades e das infâncias afro-indígenas latinas, funcionando como instrumento de opressão. Assim, do ponto de vista teórico, cria-se a possibilidade de descolonizar nosso olhar sobre as crianças e as infâncias desse continente ainda sob os efeitos do colonialismo.

Uma questão que se coloca para os estudos das infâncias na América afro-indígena, que afirma a necessidade de considerar a pluralidade, é a desigualdade. Há, como escreve Magistris (2014), contextos de desigualdades sociais, culturais, econômicas e étnicas que se conectam e se entrecruzam, atravessando diferentes marcações: classe social, idade, gênero e etnia. Por causa desses contextos, é importante abordar, nessa discussão, o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002; 2004).

Originalmente, o conceito de interseccionalidade, proposto por Crenshaw (2004), faz menção às formas como as discriminações de raça e gênero operam juntas, impactando a vida de mulheres negras e a garantia de direitos. Para essa autora, a interseccionalidade é uma conceituação que pretende observar os impactos estruturais e dinâmicos da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Assim, a autora se preocupa em analisar como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas de opressão produzem desigualdades que estruturam as posições ocupadas por mulheres, raças, etnias, classes e outros eixos, constituindo elementos dinâmicos e que operam o desempoderamento (Crenshaw, 2002).

Esse é um conceito relevante para análises das infâncias, uma vez que todos os fenômenos macro ou microestruturais impactam nas vidas das crianças e nos seus respectivos modos de vida. Constitui um desafio, para as pesquisas, as políticas e as práticas pedagógicas, pensar a infância a partir do viés interseccional. Essa perspectiva é reafirmada por Akotirene (2019), ao defender as contribuições do feminismo negro, na perspectiva da interseccionalidade:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas; digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser apreendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo (Akotirene, 2019, p. 14).

Uma abordagem decolonial e interseccional pode contribuir muito para a definição de objetivos e estratégias para as políticas públicas, bem como de seus limites e de suas possibilidades para intervenções críticas e criativas em instituições como escola, família e sistema jurídico (Orofino; Borelli, 2014).

Entende-se, neste trabalho, que são essas as trilhas que vão conformando novas epistemologias para o estudos das infâncias afro-indígenas latino-americana não alinhadas com visões abstratas, idealizadas e descontextualizadas de infância e que rompem com o ideal difundido pelo colonizador, abrindo espaço para que novos conhecimentos sobre as infâncias possam ser construídos, a partir do conhecimento das vivências das e com as crianças brasileiras em seus territórios, maretórios; com suas parcerias, em suas comunidades, em suas famílias e nas instituições.

Assim, neste texto, apresenta-se um conjunto de três pesquisas — uma com resultados ainda parciais e duas concluídas — de um grupo de pesquisadoras atuantes nas regiões Nordeste e Sudeste do país, vinculadas a universidades públicas, que articulam o projeto institucional intitulado Infâncias e epistemologias contra-hegemônicas: decolonialidade e interseccionalidade, partindo da apreciação de que é insuficiente o uso de teorias orientadas pela perspectiva eurocêntrica para captar o contexto complexo das infâncias brasileiras.

As pesquisadoras se afirmam como mulheres negras e pardas, de origem na classe trabalhadora, conscientes de que mulheres que as antecederam denunciaram a exclusão da(o) negra(o), dos filhos e das filhas de trabalhadores e trabalhadoras na educação, e que, em um compromisso político-epistemológico, também denunciam a colonização do conhecimento. O contato com referenciais decoloniais, com o feminismo negro, com a produção de intelectuais negras e com as problematizações que vêm ocorrendo acerca desse modelo de universidade e educação básica, moveu as pesquisadoras para novas possibilidades, que hoje as colocam entre a denúncia e a pronúncia. Ao pensarmos, sobretudo, no acesso a esses espaços, compreendemos que nossos corpos negros causam rupturas e apresentam outras epistemologias possíveis, outras formas válidas de produzir conhecimento. Afirmamos que a vivência dos nossos corpos, a vivência coletiva de corpos negros e, mais distintamente, as experiências dos corpos de mulheres negras atravessam profundamente a escrita das pesquisas (Evaristo, 2020).

O texto está organizado da seguinte forma: no item as pesquisas, apresentamos os temas, os objetos de estudo e as metodologias utilizadas pelo grupo. A ideia é dar para a leitora e o leitor uma ideia geral dos estudos. Em seguida, debateremos as construções teórico-metodológicas utilizadas e, por fim, refletiremos sobre os principais elementos e possibilidades para análises contra hegemônicas no estudo das infâncias.

2. As pesquisas

Neste item, apresentaremos resumidamente as temáticas, os objetivos e as principais conclusões das pesquisas do grupo de pesquisadoras que, coletivamente, escrevem este artigo.

A partir de uma discussão crítica sobre o currículo, para a qual os saberes de certos grupos são incluídos e os de outros, excluídos (Silva, 2022), a primeira pesquisa a ser apresentada analisou a produção teórica sobre um dos princípios do currículo na educação infantil, qual seja o cuidado, e propôs conhecer os saberes e a cultura de cuidado de comunidades de pesca do litoral norte de um estado do Nordeste, com o objetivo de pensar esse princípio sob o prisma dessas comunidades.

As comunidades de pesca fazem parte do conjunto de povos tradicionais no Brasil. Descendem diretamente da presença indígena no estado e têm um papel marcante no povoamento do litoral. Assim, a cultura, a forma de se alimentar, as tradições religiosas e a ancestralidade, em muitas regiões do Brasil, conectam-se com as formas de vida dessas comunidades.

A etnografia foi a metodologia empregada na pesquisa. Sendo assim, a pesquisadora participou de momentos do cotidiano da comunidade da pesca, principalmente com as mulheres e as crianças. Como em outras pesquisas, também se observou que as mulheres são sobrecarregadas com os cuidados, sendo imputados a elas os cuidados com as crianças e as pessoas doentes da família, bem como a administração do lar, desde quando eram crianças. Dessa forma, o cuidado ainda acontece obedecendo a desigualdades e relações de poder, herança dos tempos coloniais como observa Morano e Szulc em sua pesquisa sobre o cuidado em um bairro periférico de Buenos Aires (2021).

Também foi possível perceber que mulheres e crianças ocupam os mesmos espaços nas comunidades: onde há mulheres, há crianças. Porém, nessas comunidades, embora haja sobrecarga, há um cuidado mais comunitário, compartilhado principalmente entre mulheres e crianças, que, aos olhos da pesquisadora, pareceu favorecer a autonomia delas.

A reflexão da autora é sobre a necessidade de se repensar conceitos caros à educação infantil, por exemplo, o de autonomia, tratada como algo que se faz sozinho e não no compartilhamento com o outro, ou ainda a ideia de que há um único adulto de referência, na medida em que se observa algo diferente nessas comunidades: as crianças estabelecem múltiplos laços de confiança com adultas e adultos e com outras crianças mais velhas. Por fim, na comunidade de pesca, as crianças não são somente objetos de cuidado, mas também são cuidadoras,

o que nos faz refletir sobre a agência delas no cuidado, repensando a relação unilateral que muitas vezes se instala entre o adulto e a criança nas relações de cuidado.

A segunda pesquisa a ser apresentada é a de Aatoria (2024), que busca analisar a experiência de estudantes e crianças participantes do estágio em educação infantil. Nessa pesquisa, também existe a preocupação com as formas epistemológicas e metodológicas de se revelar e valorizar os saberes e as subjetividades de grupos aos quais raramente são atribuídos o status de produtores de conhecimento.

Assim, a partir de uma experiência como docente orientadora de estágio supervisionado na educação infantil, no contexto de um curso de Pedagogia vinculado a uma universidade do interior de um estado do Nordeste, a proposta da pesquisa é que, durante o estágio, as observações, o registro e a documentação pedagógica sejam realizadas a partir do diálogo com o conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, escritora preta brasileira.

Para a escritora, a escrevivência “se realiza como um ato de escrita das mulheres negras” (Evaristo, 2020, p. 30), a fim de desfazer uma imagem do passado, em que mulheres negras escravizadas tinham sua potência de expressão sob o controle dos escravocratas. Segundo a autora, se antes a escrita não pertencia a essas mulheres, hoje estas se apropriam dos signos gráficos e de seu valor, sem se esquecerem da ancestralidade (Evaristo, 2020). Nesse sentido, entende-se que Evaristo não só defende que a escrita é uma forma de empoderamento, mas também que a vida dessas mulheres merece ser contada.

No campo da educação, pesquisas têm mostrado o valor epistemológico e metodológico do conceito. Oliveira, Pedroza e Pullini (2023) consideram que a escrevivência auxilia a pensar a pluralidade que envolve as práticas educativas, bem como os pensamentos, os sentimentos e as emoções de pessoas que historicamente foram marginalizadas. Para Martins, Souza e Souza (2021, p. 671), escrevivências podem ser consideradas como “projetos de escritas de si, cuja pretensão é dar visibilidade à narrativa de diversos(as) excluídos(as) sociais, raciais, entre outros(as)”. Em relação à infância, Santos (2014) acredita que o conceito contribuía para a produção de práticas pedagógicas antirracistas com as crianças. Assim, a escrevivência não se limita à escrita, mas se estende a múltiplas produções que representem o indivíduo como coletividade, possuidor de ancestralidade.

As crianças que participam do estágio também estão envolvidas na pesquisa, e suas produções são consideradas como escrevivências infantis, termo cunhado por Santos (2022), para criar novas formas e proposições no caminho de uma pedagogia afro-afetiva (Santos, 2014).

Dessa forma, o que está em foco são as vivências das estagiárias e das crianças, reconhecidas como potentes, com algo a dizer e com direito a escrever.

A partir dessa proposta de pesquisa, refletiu-se sobre outras possibilidades de narrar as experiências decorrentes das interações entre

adultos e crianças nos diversos contextos de educação infantil, fundamentadas em uma perspectiva interseccional, que leve em consideração as categorias de raça, classe, gênero, idade, deficiência e território.

Os achados preliminares revelam que, ao escrever as experiências do estágio, as estudantes refletem sobre suas trajetórias; ressignificam medos, afetos, inseguranças; e narram outras possibilidades para constituir suas identidades como docentes, valorizando sua relação com a negritude e com os saberes ancestrais, bem como projetando novas perspectivas sobre ser professora de crianças pequenas.

Autoria (2024) considera a importância da construção de metodologias contra-hegemônicas para a formação docente para um currículo afrocentrado. Durante os anos 2000, a luta no campo do currículo envolveu a inclusão de conteúdos escolares sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, com intensa atuação dos movimentos negros, que produziram os tensionamentos que levaram à publicação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Esses instrumentos normativos buscam contribuir para a promoção da autoestima das crianças negras, ampliando o sentimento de pertença em um ambiente escolar que valorize suas tradições culturais, a partir da obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, indígenas e africanas.

Os processos formativos de professores se constituem em diferentes tempos, contextos e lugares, pois cada sujeito produz suas trajetórias, percorre caminhos e participa de diversas experiências de formação no decorrer de sua vida pessoal e profissional. Assim, as metodologias de formação precisam ter em vista a mudança de valores hegemônicos. Urge um olhar para esses movimentos e a proposição de outros caminhos para realizá-los.

Pergunta-se: que propostas de atividades de formação nos permitiriam contribuir para que as professoras atuem assegurando “a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança”, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), em seu Art. 8º, §1º, II (Brasil, 2009)? Através de quais dinâmicas e vivências concretas seria possível sensibilizar professoras no sentido de respeitarem o princípio estético “da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais” (Brasil, 2009, art. 6º, III)?

A autora constrói a reflexão que é preciso investir em caminhos de formação de professores e professoras que mobilizem afetos e desejos, que convidem a uma mudança de epistemologias e que envolvam a construção coletiva. É preciso buscar inspiração nas tradições ancestrais e nos corpos de negros e negras. Esses são caminhos que têm se mostrado frutíferos, no sentido de contribuirmos para a formação de professoras e professores que estejam conectados consigo mesmos e comprometidos(as) com epistemologias contra-hegemônicas.

Por fim, a terceira pesquisa (Autoria, 2024) é permeada por percepções e sentimentos da pesquisadora, tomando formas de verdadeiras escrituras. Isso porque, segundo a pesquisadora, não há possibilidade de pensar qualquer



tema sem se refletir sobre os atravessamentos da colonização que perpassam a sua própria vida pessoal.

Durante toda a pesquisa, Autoria foi atravessada pelo movimento de se tornar negra, ou seja, o de ser uma mulher negra em uma sociedade racista, capitalista e colonizadora, refletindo sobre o que olhamos e como olhamos, bem como sobre o que vivemos e sobre como aprendemos a lidar com essa sociedade excludente, sobretudo quando se pensa as infâncias, a escola, o currículo e as relações que são atravessadas por esse processo colonizador. Ser negro é “tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece [...]” (Souza, 1990, p. 77). No entanto, “ser negro não é uma condição dada a priori, é um vir a ser” (Souza, 1990, p. 77), ou seja, esse lugar de se tornar negra não se dá pelo essencialismo na definição (Autoria, ano, p.).

De forma geral, observamos que as pesquisas se preocupam em conhecer e debater com os saberes, emoções, sentimentos das participantes, não apenas no sentido que não sejam invisibilizados, mas que sejam creditados a eles importância para o saber científico e para a produção de políticas. Há delineamentos teóricos interessantes que convidam a literatura e as reflexões das pesquisadoras também fazem parte do debate teórico e do fazer da pesquisa.

3. Referenciais teórico-metodológicos

Uma vez que apresentamos as pesquisas, traremos agora os referenciais teórico-metodológicos delas, visualizando quais novos e complexos debates pensar a pesquisa dentro de uma epistemologia contra-hegemônica traz para o fazer em pesquisa com as infâncias.

Autoria (2023) busca referências no pensamento decolonial e na perspectiva da interculturalidade crítica de Catherine Walsh, tomando a etnografia como referência metodológica.

A colonialidade está presente atualmente como construção social a partir da colonização dos povos e perdura como instrumento de opressão, expressando-se também pelas colonialidades do ser, do poder e do saber (Nunes; Ribeiro; Giraldi, 2021). Dessa forma, sedimentam-se ideias advindas do modelo eurocêntrico, que subalterniza as outras culturas, os saberes e as formas de ser e estar no mundo.

Do ponto de vista da interculturalidade crítica, refletir sobre essa questão convoca os povos que historicamente sofreram com a subalternização para que atuem em projetos políticos, sociais, éticos e epistêmicos, a fim de refundar os dispositivos que fazem a manutenção da subalternização existentes em todos os campos da vida social (Walsh, 2008), entre eles, a educação e, na educação, a educação infantil. Assim, construir conhecimentos com as crianças em suas comunidades faz parte de certa mudança epistemológica, por meio da qual experiências e vivências de bebês, crianças e adultos dessas comunidades

possam ser vivenciadas nos espaços e tempos de creches e pré-escolas, como legado de conhecimentos humanos sobre a vida, a natureza, a história, a tecnologia, a língua, as relações humanas e a arte. Nessa perspectiva, exige-se a refundação social e a descolonização, abrindo um caminho complexo de construção de outras possibilidades para a educação coletiva de bebês e crianças.

No entanto, considerando as relações de poder entre os saberes da universidade e os saberes das comunidades, como garantir que não prevaleça o ponto de vista da pesquisadora? Para Autoria (2023), em primeiro lugar, é preciso que a pesquisadora assuma o compromisso ético, político e epistêmico de romper com os traços do colonialismo.

Do ponto de vista da reflexão teórica, inspirada em Nascimento (2019), a pesquisadora escreve sobre a importância de se ter claro que estar no campo, produzindo conhecimentos com as crianças em suas comunidades, é estar em um entre-lugar, sendo necessário apropriar-se da ambiguidade e da fronteira como condição intelectual, visitando vários lugares seus e dos outros, adotando uma postura de constante descolonização dos pensamentos e dos sentimentos (Autoria, 2023), reconhecendo a diferença e a autonomia do pensamento do outro (Viveiro de Castro, 2022).

Assim, a autora reflete que fazer pesquisa com as crianças e comunidades invoca o sujeito de identidade mestiça de Anzaldúa (2002): uma subjetividade nômade, que se constitui na migração por entre-lugares da diferença, lembrando que os terrenos da diferença são sempre espaços de poder, na leitura que Costa e Ávila (2005) fazem da obra da escritora.

Assim, foi importante para a pesquisadora, como faz Nascimento (2019), assumir sua condição e seu contexto como mulher parda, mãe, de origem operária, hoje professora universitária, por isso em lugar privilegiado para o trabalho e a produção de conhecimento, mas que ainda enfrenta as condições acadêmicas, sociais e de gênero de profunda desigualdade, condições acadêmicas essas, também consideradas por Nascimento (2019). Autoria (2023) continua a reflexão se propondo a estar aberta às possibilidades de produção de outros conhecimentos oferecidas pelas relações de alteridade do campo.

Autoria (ano) desenvolve suas elaborações teóricas se fundamentando no conceito de escrevivência. Escreve, compartilhando a ideia de Nunes, Ribeiro e Giraldi (2021), segundo a qual a escrevivência é uma ferramenta de luta. Em seu centro, está a ideia de que as pessoas que sofreram com apagamentos têm algo para dizer e contar. Assim, compreende-se que uma prática de pesquisa pode “proporcionar espaço de reflexão, escrita e escuta sobre os atravessamentos territoriais, sociais, culturais, emocionais, subjetivos e de memória que permeiam a constituição das sujeitas” (Nunes; Ribeiro; Giraldi, 2021, p.147).

São analisados os registros, tomados como escrevivências, decorrentes das anotações dos cadernos de campo de estágio, assim como as produções das

crianças, seja nos desenhos por elas produzidos, em suas narrativas, ou ainda nas fotografias do cotidiano feitas pelas estagiárias.

Assim, do ponto de vista metodológico, os registros e as documentações das estagiárias são tomados como escrituras. A sustentação epistemológica do debate acerca de registro e documentação no Brasil tem, na pedagogia italiana, sua principal fonte. Entretanto, algumas pesquisadoras do campo da educação infantil vêm pensando os processos de documentar e registrar como escrita do vivido (Ostetto, 2008), considerando as especificidades do contexto brasileiro.

Nesse debate, a potência da escrituragem consiste em considerar as experiências vividas pelas estudantes em formação inicial, assim como as vivências das crianças, a partir das conexões estabelecidas com suas histórias de vida, fundamentadas por uma dimensão de ancestralidade e que levem em conta as especificidades de seus territórios, cujos saberes e cujas práticas de educação e cuidado são transmitidos através da oralidade, como sujeitos inseridos e participantes na vida social de suas comunidades. Essa discussão é permeada pelas considerações a respeito das interseccionalidades que atravessam as produções escritas e que não deixam de se relacionar com o processo de constituição da docência.

Autoria (2024) desenvolve uma construção teórica para refletir sobre uma formação e um currículo afrocentrado, pelo caminho das narrativas. Para isso, fundamenta-se em Spivak (2010) ao se perguntar sobre a possibilidade de o "subalterno" falar, destacando a complexidade do lugar de enunciação desse sujeito, cuja atuação política tende a ser minimizada. Assim, a pesquisadora buscou um caminho que vai de encontro aos discursos que privilegiam o modo de normatizar os afazeres das professoras e, conseqüentemente, das crianças.

A autora faz os seguintes questionamentos: quantas professoras são convidadas a pensar nos documentos que normatizam seu fazer e sua formação? Como a universidade garante a participação das professoras em formação, e das que já estão atuando, para pensar seus currículos? Como ouvimos as crianças, através de outras metodologias para pensar suas relações?

São inúmeras as crianças e as mulheres negras que sofrem pela questão da cor, devido à ideia de que haveria "pessoas mais humanas" e "pessoas menos humanas" entre europeus e negros/negras, que tiveram suas vidas invisibilizadas em diferentes momentos. Em sua maioria, elas não valorizam sua estética negra, por causa de um complexo de inferioridade, que resulta de um duplo processo: "econômico, em primeiro lugar; e, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade" (Fanon, 2018, p. 17).

Na pesquisa foi construída uma proposta de formação de docentes baseada na construção coletiva. Assim, propostas de atividades eram pensadas conjuntamente com as docentes para depois serem vividas com elas, bem como com as crianças e a pesquisadora.

Segundo a pesquisadora, a construção coletiva é empoderadora porque mobiliza os sujeitos educadores: chama cada um a explicitar as suas concepções de vida, porque, como afirma Paulo Freire (1997, p. 32), a educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.

Para encerrar esse item, refletimos que do ponto de vista teórico-metodológico, são levantadas questões como a posição da pesquisadora na relação com as participantes da pesquisa, como garantir que a questão da interseccionalidade seja garantida na pesquisa e o debate da subalternização das falas das professoras e crianças.

Notamos que as metodologias das pesquisas, seja pela etnografia, escrituras ou narrativas materializam a preocupação que emerge no item anterior da não subalternização e da consideração e valorização do pensamento, imaginação, criatividade do outro.

4. Epistemologias contra-hegemônicas no estudo das infâncias: quais caminhos?

Os princípios que compuseram os tempo-espacos das pesquisas, ampliam a possibilidades de um tipo de metodologia contra-hegemônica, sustentada por uma rede que compõe nossas memórias, corpos, saberes e ancestralidades.

Do ponto de vista dos referencias teóricos, os estudos apresentam referencias que caminham entre as teorias decoloniais e o feminismo negro, permitindo construções teóricas inovadoras, no sentido de garantir que a interseccionalidade entre raça, gênero, etnia, idade, classe e deficiência não se apresentem de forma hierárquica, mas como relações que compõem as experiências das pessoas, atravessando suas vidas de formas muito distintas. Do ponto de vista metodológico, a busca é por propostas nas quais os conhecimentos são produzidos em parceria, respeitando a autonomia de pensamento, imaginação e criação do outro.

Assim, de diferentes formas, as três pesquisas se preocupam com o quê as pessoas participantes têm a dizer em uma perspectiva de que esses saberes possuem valor. Crianças, mulheres, docentes e discentes de licenciatura em Pedagogia apresentam suas formas de conhecer, pensar, sentir e imaginar, revelando uma postura epistêmica que pretende fortalecer movimentos de resistência, como escreve Santos (2018), contrapondo-se aos movimentos de subalternização do ser das pessoas. Consideramos que os conhecimentos gerados com as pesquisas, atentando ao chamado de Walsh (2008), constroem conhecimentos juntamente com aqueles que sofrerem com os processos de subalternização, gerando problematizações e questionamentos aos já instituídos.

Na forma de pensar e sentir a pesquisa, há também movimentos imaginativos e criativos das pesquisadoras no delineamento teórico, seja utilizando referenciais que venham de outras áreas, como da literatura, seja inserindo a própria história e seus processos de constituição como mulheres e

pesquisadoras negra, pardas, filhas de trabalhadores em uma sociedade machista e racista e de ainda vivenciarem, como escreve Nascimento (2019), como docentes e pesquisadoras condições acadêmicas, de gênero, históricas, políticas e sociais de profunda desigualdade

Assim, de forma geral, pensamos que as pesquisas convergem para o questionamento do poder e o padrão de racionalização no fazer científico, construído ao longo do processo de colonização (Walsh, 2010).

O colonialismo é notório dentro das instituições de nível superior, nas quais é visível a pouca ocupação de cargos e de espaços, entre docentes e discentes, de pessoas negras, indígenas, periféricas, transexuais, entre outras. A ciência canônica faz crer que existe um só mundo e que os detentores da razão o acessam por meio do conhecimento. As muitas opressões, como o racismo e o machismo, o adultocentrismo são até hoje a garantia da permanência do colonialismo e da produção de subjetividades silenciadas. Dessa forma, é preciso assumir que a ciência é produtora de mundos e se construiu desqualificando outros modos de ser/saber considerados menores e subjugados.

Conceber as infâncias nesse movimento é ter clareza que a criança de “carne e osso” que povoam os campos e cidades da Afro-indígena América Latina, tem sua vida, seus cotidianos atravessados por questões macro ou microestruturais que impactam suas vidas não sendo essas crianças a correspondente ao ideal de criança muitas vezes postulados nas políticas.

Rufino e Simas (2020) nos inspira a refletir que em oposição à vida não está a morte, mas sim o desencantamento, a perda de potência. “Morte e vida não são meras condições fisiológicas: a morte é a espiritualidade do desencanto e a vida é a disponibilidade para o encantamento. Muitos mortos, lembremos disso, dançam. Muitos vivos parecem ter perdido a capacidade de dançar. (p.23)” As crianças pequenas não separam suas experiências, elas cantam, dançam, acolhem, e subvertem a lógica adultocêntrica das verdades absolutas, da Colonialidade/Modernidade Existe um conflito que acompanham nossas investigações entre os encantamentos dos pequenos que ainda são cheios de prazer e os desencantados em uma visão adultocêntrica que padece a fruição da vida, pois já foram dominados pela cultura que enfraquece nossa capacidade de perseverar na existência, assim vamos morrendo lentamente pelas formas já dadas nessa lógica do capital, esmorecendo nossas forças.

Para concluir, vemos a na pesquisa interinstitucional a possibilidade de criação de uma rede de narrativas de crianças e professoras a serem potencializadas e fortaleçam a expansão dos seus saberes e que movem seus corpos nessa escrita estética, política e contra-hegemônica. A luta é contra a modernidade que silenciou suas vozes, seus rituais, suas danças, seus saberes. Pretendemos, pois, escrever com as mulheres, com as crianças, com o coletivo; achar nessas entrelinhas o sentido que vem sendo investigado a partir das narrativas e das relações traçadas nas instituições educacionais que acolhem a infância.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. São Francisco: Aunt Lute Books, 2012.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 14, 9 dez. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639 [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 27 abr. 2024.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Florianópolis, **Estudos Feministas**, v. 1, ano 10, jan./jun. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In Anais do VV. AA, Painel 1,7-16. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem. Recuperado de. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>, 2004.



EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2018.

HERMIDA, Jorge Fernando. Criança e infância na obra de Philippe Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis – as crianças proletárias. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 17–38, 2021. DOI: 10.5216/rp.v32i2.70888. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/70888>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Lopes, Jader. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 65–82, 2013.

MAGISTRIS, Gabriela. **Del niño en riesgo al niño sujeto de derecho**. Niños, menores e infancias, Instituto Derechos del Niño, Facultad Ciencias Jurídicas y Sociales, La Plata, n. 9, 2014.

MORANO, Luisina; SZULC, Andrea. Niños que cuidan de sí y de otros en una agrocaldad media de la pampa húmeda argentina: una aproximación antropológica. **Desidades**, v. 11, n. 35, p. 40-57, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/DESIdades35-1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

NASCIMENTO, Silvana de Santos. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, v. 2, n. 62, p. 459-484, 2019.

NUNES, Pâmela Vieira; RIBERO, Simone; GIRALDI, Patrícia Montanari. Escrevivência: um olhar decolonial com recorte de gênero a partir da educação de jovens, adultos e idosos. **Cadernos Siemac**. v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/5273>

OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, e280101, 2023.

OROFINI, Maria Isabel Rodrigues; BORELLI, Silvia Helena Simões. Infâncias, culturas e contextos políticos na América Latina. **Revista Ponto e Vírgula**, n. 16, 2014: Dossiê: Infâncias, culturas e contextos políticos na América Latina. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/25229>



OSTETTO, Luciana Esmeralda. O Estágio Curricular no processo de tornar-se professor. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 127-138.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antônio. **Encantamento**: sobre política de vida. 1o ed- Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA, 2004.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, Fátima Santana. **Escrevivências infantis, diálogos com Conceição Evaristo**. In: SANTOS, Fátima Santana. *Leia-me negras: insurgências afroafetivas na prática pedagógica* [online]. Ilhéus: EDITUS, 2022, pp. 133-146. Transfluência series.

SANTOS, Vivian. Matias. DOS. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e200112, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad**: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul./dez. 2008.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: UZIEDA, Jorge Viaña; MEALLA, Luís Tapia; WALSH, Catherine (org.) **Construyend interculturalidad crítica**. Bolivia: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010.

Recebido em: 30 de abril de 2024.

Aceito em: 25 de agosto de 2024.

Publicado em: 30 de outubro de 2024.

